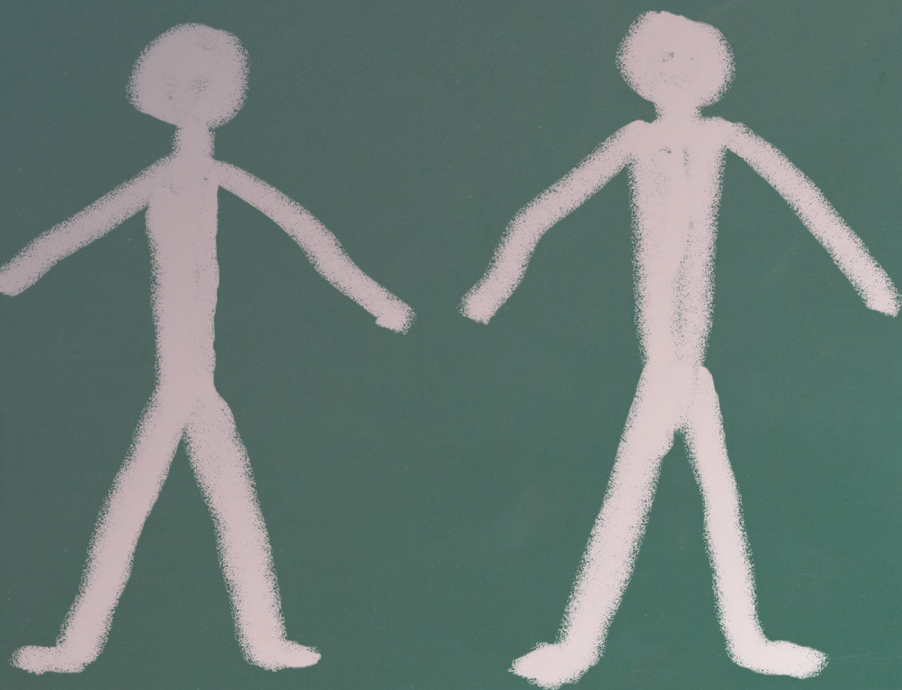


Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 5

**Marcos William Kaspchak Machado
(Organizador)**

Atena
Editora
Ano 2019



Marcos William Kaspchak Machado
(Organizador)

Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 5

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

I34 Impactos das tecnologias nas ciências humanas e sociais aplicadas
5 [recurso eletrônico] / Organizador Marcos William Kaspchak
Machado. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. –
(Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais
Aplicadas; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-165-7

DOI 10.22533/at.ed.657191103

1. Ciências sociais aplicadas. 2. Humanidades. 3. Tecnologia.
I.Machado, Marcos William Kaspchak. II. Série.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “*Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 6*” aborda uma série de capítulos de publicação da Atena Editora, subdivididos em 4 volumes. O volume V apresenta, em seus 36 capítulos os estudos mais recentes sobre as aplicações jurídicas, da psicologia, da ética e da comunicação na sociedade contemporânea.

A áreas temáticas deste livro mostram as aplicações dos estudos jurídicos sobre o cotidiano e o impacto de políticas inclusivas na construção dos espaços sociais modernos. Além disso a obra ressalta a importância das abordagens da ética e sociologia.

No segundo momentos são agrupados os estudos emergentes na área da psicologia e dos processos de comunicação e sua contribuição na construção de um ambiente pautado na educação, inclusão e participação ativa dos grupos sociais.

Por estes motivos, o organizador e a Atena Editora registram aqui seu agradecimento aos autores dos capítulos, pela dedicação e empenho sem limites que tornaram realidade esta obra que retrata os recentes avanços inerentes ao tema.

Por fim, espero que esta obra venha a corroborar no desenvolvimento de conhecimentos e novos questionamentos a respeito do papel transformador da educação, e auxilie os estudantes e pesquisadores na imersão em novas reflexões acerca dos tópicos relevantes na área social.

Boa leitura!

Marcos William Kaspchak Machado

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A INTERDISCIPLINARIDADE NO DIREITO	
Elizabeth Alves Brito	
Rafaela da Cunha Cavalcanti	
Ranulfo Barbosa Santos Filho	
DOI 10.22533/at.ed.6571911031	
CAPÍTULO 2	8
A APLICAÇÃO DA TEORIA DO INADIMPLEMENTO MÍNIMO, OU ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL, AO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: CONCEITUAÇÃO E CONCRETIZAÇÃO	
Luiz Mesquita de Almeida Neto	
DOI 10.22533/at.ed.6571911032	
CAPÍTULO 3	17
A CONCENTRAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ACUSAR E INVESTIGAR: “PODERES” INVESTIGATÓRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Luiza Reiniger Severo	
DOI 10.22533/at.ed.6571911033	
CAPÍTULO 4	26
NOVAS LEIS PARA RESOLVER VELHOS PROBLEMAS - A EFETIVIDADE DA LEI E SUAS IMPLICAÇÕES COM O ADVENTO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	
Gisele Beran Medella D’Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.6571911034	
CAPÍTULO 5	40
NEGÓCIOS PROCESSUAIS A PARTIR DO CPC/15: ALCANCES E LIMITES SOB A PERSPECTIVA DA BOA-FÉ E DA SEGURANÇA JURÍDICA	
Nathally Bianque Lopes Pereira	
Luciano Souto Dias	
DOI 10.22533/at.ed.6571911035	
CAPÍTULO 6	61
EXECUÇÃO PENAL NO BRASIL E DIREITOS HUMANOS: UMA RELAÇÃO ANTAGÔNICA NA PRÁXIS	
Gabriel Pereira de Carvalho	
Gustavo de Assis Souza	
DOI 10.22533/at.ed.6571911036	
CAPÍTULO 7	63
O INSTITUTO DA FEDERALIZAÇÃO DAS GRAVES VIOLAÇÕES AOS DIREITOS HUMANOS	
Denis Roberto Peçanha de Sant’Anna Almeida	
Luiz Felipe Barboza Domingues	
DOI 10.22533/at.ed.6571911037	
CAPÍTULO 8	74
A SITUAÇÃO CARCERÁRIA E A JUSTICIABILIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE	
Karla Tayumi Ishiy	
DOI 10.22533/at.ed.6571911038	

CAPÍTULO 9 90

A FUNÇÃO SOCIAL E O EQUILÍBRIO CONTRATUAL NAS RELAÇÕES MASSIFICADAS DE CONSUMO

Marcelly Alves Araújo
Marina Arantes de Souza
Vitor Lemes Castro

DOI 10.22533/at.ed.6571911039

CAPÍTULO 10 100

A CONSTITUCIONALIDADE DAS NOVAS BIOTECNOLOGIAS AO SISTEMA AGROALIMENTAR BRASILEIRO

Ana Carolina de Moraes Garcia

DOI 10.22533/at.ed.65719110310

CAPÍTULO 11 115

SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO NA INDÚSTRIA SALINEIRA: ESTUDO DE CASO EM UMA SALINA DO MUNICÍPIO DE MACAU/RN

Brenno Dayano Azevedo da Silveira
Priscylla Cinthya Alves Gondim
Rogerio Taygra Fernandes Vasconcelos
Almir Mariano de Sousa Junior

DOI 10.22533/at.ed.65719110311

CAPÍTULO 12 130

O FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO E SUA (DES)HARMONIA COM O SISTEMA CONSTITUCIONAL PÁTRIO

Guilherme Giovane Alves Taets
Raissa Dias Timóteo
Ana Cristina Magalhães Araújo Gorgulho

DOI 10.22533/at.ed.65719110312

CAPÍTULO 13 139

O IMPACTO DO CASO “A ÚLTIMA TENTAÇÃO DE CRISTO (OLMEDO JUSTO E OUTROS) VS. CHILE” COMO MARCO DA INFLUÊNCIA DA JURISPRUDÊNCIA INTERNACIONAL EM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

Beatriz Mendes Niyama
Gabriel Luís Massutti de Toledo Leme

DOI 10.22533/at.ed.65719110313

CAPÍTULO 14 143

PRECONCEITOS DE GÊNERO E SUA MANIFESTAÇÃO NAS DECISÕES JUDICIAIS BRASILEIRAS

Natália de Souza e Mello Araújo

DOI 10.22533/at.ed.65719110314

CAPÍTULO 15 145

O RECONHECIMENTO DO CASAMENTO DE CASAIS COM SEXUALIDADES FORA DA NORMA: DO PROJETO DE LEI Nº 1.151 DE 1995 À RESOLUÇÃO Nº 175 DE 2013

José Aélson Pereira de Araújo
Carolina Quarteu Rivera

DOI 10.22533/at.ed.65719110315

CAPÍTULO 16	153
O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA APLICADO NA LEI MARIA DA PENHA	
Antônia Alice Soares Araújo	
Iáscaro Alves Campelo	
Milton Sávio Melo Souto do Monte	
DOI 10.22533/at.ed.65719110316	
CAPÍTULO 17	165
BILHETES/ <i>BEREUS</i> COMO AGENCIAMENTO PARA COMUNICAR NECESSIDADES DE SAÚDE EM PENITENCIÁRIA, MATO GROSSO	
Reni Aparecida Barsaglini	
Emília Carvalho Leitão Biato	
DOI 10.22533/at.ed.65719110317	
CAPÍTULO 18	177
REDE: UMA CATEGORIA EM ANÁLISE	
Edjavane da Rocha Rodrigues de Andrade	
Maria de Fátima Leite Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.65719110318	
CAPÍTULO 19	188
A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTATUTO DO IDOSO COMO GARANTIA AOS DIREITOS SOCIAIS	
Priscilla Roberta Alves Diniz	
Andrea Silvana Fernandes de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.65719110319	
CAPÍTULO 20	199
GESTÃO DE MOBILIDADE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA TRECHEIROS EM CIDADES PEQUENAS	
Cledione Jacinto de Freitas.	
José Sterza Justo	
DOI 10.22533/at.ed.65719110320	
CAPÍTULO 21	214
PERFIL DE ACESSIBILIDADE NOS RESTAURANTES E HOTEIS DA ORLA MARITIMA DE JOÃO PESSOA: VERIFICAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DE MEDIDAS DE ACESSIBILIDADE	
Yakey Santos da Silva	
Francielly Sales da Silva	
Paula Dutra Leão de Menezes	
Patrícia Pinheiro Fernandes Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.65719110321	
CAPÍTULO 22	229
O PROTAGONISMO DE IDOSAS FRENTE A CATÁSTROFES NATURAIS: A RESILIÊNCIA EM QUESTÃO	
Leda Nardi	
Marluce Auxiliadora Borges Glaus Leão	
DOI 10.22533/at.ed.65719110322	

CAPÍTULO 23 238

OMÉDICOVETERINÁRIONONASF: SUA IMPORTÂNCIA NA PREVENÇÃO DE ANTROPOZOONOSES E A ATUAL SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PETROLINA (PE) – REVISÃO DE LITERATURA

Lorena Maria Souza Rosas
Larissa de Sá Carvalho
Raisa Maria Souza Rosas
Vanessa Souza Inoue
Ana Caroline dos Santos
Lucas da Silva Coutinho

DOI 10.22533/at.ed.65719110323

CAPÍTULO 24 246

SOBRE O LUTO: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

André Victor Machado
Camila da Silva Ferrão
Giovanna Silva Segalla
Maria Virginia Filomena Cremasco

DOI 10.22533/at.ed.65719110324

CAPÍTULO 25 262

O PREÇO PELA EXPANSÃO DOS HORIZONTES FEMININOS: UMA ANÁLISE DIFERENCIADA DO ESTRESSE, OS MÚLTIPLOS PAPÉIS E A SOMATIZAÇÃO

Paula Beatriz Viana
Cristiane Camargo de Oliveira Brito

DOI 10.22533/at.ed.65719110325

CAPÍTULO 26 270

A RESSIGNIFICAÇÃO DA VIDA COTIDIANA: AS MULHERES IDOSAS NA CIDADE CONTEMPORÂNEA

Nádia Cristina Moraes Sampaio Gobira

DOI 10.22533/at.ed.65719110326

CAPÍTULO 27 283

A ORGANIZAÇÃO DE MULHERES RURAIS ATRAVÉS DE GRUPOS DE PRODUÇÃO NO MUNICÍPIO DE HELIÓPOLIS/BA

Vanderleia Alves de Oliveira
Acácia Batista Dias
Ildes Ferreira de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.65719110327

CAPÍTULO 28 296

PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE VALENTE

Diana Paula Nunes do Carmo
Acácia Batista Dias
Ildes Ferreira de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.65719110328

CAPÍTULO 29 310

A IMPORTÂNCIA DA PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO NÃO VIOLENTA DE CONFLITOS: CULTURA DE PAZ NO AMBIENTE ESCOLAR

Alan Willian Leonio da Silva
Lúcio Mauro da Cruz Tunice

DOI 10.22533/at.ed.65719110329

CAPÍTULO 30	317
A DIDÁTICA E SEUS DESDOBRAMENTOS NAS ABORDAGENS DE ENSINO HUMANISTA E SOCIOCULTURAL	
Nilsen Aparecida Vieira Marcondes Edna Maria Querido de Oliveira Chamon Maria Aparecida Campos Diniz de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.65719110330	
CAPÍTULO 31	323
FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DA TEMÁTICA AMBIENTAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Victor Hugo de Oliveira Henrique	
DOI 10.22533/at.ed.65719110331	
CAPÍTULO 32	334
A CONSTRUÇÃO IMAGÉTICA DA MÍDIA: UMA ANÁLISE DO PODER DE INFLUÊNCIA DA MÍDIA BRASILEIRA, EM UM DEBATE COMPARATIVO ENTRE A REFORMA TRABALHISTA E A CONDENAÇÃO DE LULA	
Hellen Cristina Silva de Oliveira Raphael dos Santos Freitas Victor Pimenta Bueno	
DOI 10.22533/at.ed.65719110332	
CAPÍTULO 33	348
A DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO: A REGULAMENTAÇÃO DA MÍDIA NO BRASIL	
Márcio de Oliveira Guerra Vitor Pereira de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.65719110333	
CAPÍTULO 34	357
PUBLICIDADE E MEDIATIZAÇÃO: UMA REVISÃO BIBLIOMÉTRICA	
Diogo Rógora Kawano Leandro Batista	
DOI 10.22533/at.ed.65719110334	
CAPÍTULO 35	371
SE EU TEMO, ENTÃO VOCÊ TAMBÉM VAI TER MEDO DE PERDER: OS BENS DE FORTUNA E A “PUBLICIDADE DE CHOQUE”	
Danielle Cândido Maria Virgínia Borges Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.65719110335	
CAPÍTULO 36	384
UMA PITADA DE RÁDIO NA POLÍTICA BRASILEIRA	
Luciana Antunes Renato Teixeira Elvis W Santos	
DOI 10.22533/at.ed.65719110336	
SOBRE O ORGANIZADOR	392

A IMPORTÂNCIA DA PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO NÃO VIOLENTA DE CONFLITOS: CULTURA DE PAZ NO AMBIENTE ESCOLAR

Alan Willian Leonio da Silva

Centro Universitário Teresa D'Ávila
Lorena, São Paulo

Lúcio Mauro da Cruz Tunice

Centro Universitário Teresa D'Ávila
Lorena, São Paulo

RESUMO: A família e escola possuem papéis importantes na formação do aluno; no entanto eles estão se invertendo, tornando assim fundamental que os alunos desenvolvam o aprendizado que resulte num respeito mútuo, efetivando assim uma maior participação democrática e a construção de um bom diálogo em todos os segmentos de sua vida. Um bom diálogo pautado em negociações permite que seja elaborada, uma solução não violenta. O professor mediador, atuando com conflitos, deve ser imparcial, pois os conflitantes precisam contar com essa imparcialidade, para a resolução do problema, sendo que essa mediação não deve estar pautada em encontrar o certo ou o errado, mas sim no sentido das partes chegarem a um acordo mutuamente aceitável, contribuindo, assim, para novas formas de cooperação, solidariedade, confiança e reorientação das relações interpessoais. Essa conversação possui diversas vantagens, pois colabora e encoraja os participantes a buscarem as metas a serem compartilhadas,

permitindo que o indivíduo escute a outra parte e com isso é construída uma solução conjunta, essa troca de ideias, possibilita a compreensão do outro.

PALAVRAS-CHAVE: Conflitos. Mediação. Professor Mediador.

ABSTRACT: The family and school have important roles in student training; however, they are reversing, thus making it fundamental for students to develop learning that results in mutual respect, thereby achieving greater democratic participation and building a good dialogue in all segments of their lives. A good negotiated dialogue allows a non-violent solution to be worked out. The mediating teacher, acting with conflicts, must be impartial, because the conflicting ones need to have this impartiality, to solve the problem, and that mediation should not be based on finding the right or the wrong, but in the sense that the parties arrive to a mutually acceptable agreement, thus contributing to new forms of cooperation, solidarity, trust and reorientation of interpersonal relations. This conversation has several advantages, because it collaborates and encourages the participants to seek the goals to be shared, allowing the individual to listen to the other party and with this is built a joint solution, this exchange of ideas, makes possible the understanding of the other.

KEYWORDS: Conflicts. Mediation. Professor

Mediator.

INTRODUÇÃO

A escola contribui para a formação integral do aluno, preparando-o para uma vida em sociedade que deve ser pautada no respeito mútuo, cabe ao professor estimular o desenvolvimento nos estudantes, habilidades e entendimentos para um bom convívio diário e uma melhor harmonia com seus pares. É fundamental que os alunos desenvolvam o aprendizado que resulte num respeito mútuo, efetivando assim uma maior participação democrática e a construção de um bom diálogo em todos os seguimentos de sua vida.

Um bom diálogo pautado em negociações permite que seja elaborada, uma solução não violenta evitando o conflito. Essa conversação possui diversas vantagens, pois colabora e encoraja os participantes a buscarem as metas a serem compartilhadas, permitindo que o indivíduo escute a outra parte construindo uma solução conjunta para um determinado problema. Essa troca de ideias permite a auto-avaliação, possibilitando a compreensão do outro, permite que os discentes vejam todos os lados da questão e, sobretudo, contribui para resolver problemas.

Hoje em dia uma de suas definições mais aceitas é: “[...] é todo ato que implica a ruptura de um nexos social pelo uso da força. Nega-se assim a possibilidade da relação social que se instala pela comunicação, pelo uso da palavra, pelo diálogo e pelo conflito” Sposito (1980). Segundo a autora, a palavra violência está sendo utilizada para definição de atos de indisciplina, atos esses que, já foram caracterizados pelos professores, como transgressões dos alunos às regras disciplinares, compreendidos como normais devido o seu desenvolvimento, hoje podem ser considerados como atos violentos, assim como condutas violentas envolvendo, por exemplo, agressões físicas, podem ser tidas como uma mera transgressão às normas do convívio escolar.

Conforme Chrispino (2007), “[...] o conflito é toda opinião divergente ou maneira diferente de ver ou interpretar algum acontecimento”, sendo parte integrante da vida social. Por se originar da diferença de desejos e interesses, não haveria a noção de certo e errado, mas posições diferentes defendidas pelos sujeitos”. Para o autor, o conflito só é percebido por nós em suas manifestações violentas, é um processo onde existe uma discórdia na qual há um desacordo de interesses pessoais ou coletivos, quando as ações de uma das partes afetam as da outra; ou seja ele ocorre quando existe fatores que se divergem entre si.

METODOLOGIA

Para que alcançarmos os resultados e objetivos constantes neste trabalho, foi realizado seleção de referências bibliográficas, teses de mestrados, monografias,

livros, artigos científicos a respeito da mediação escolar. (ABRAMOVAY, 2005), (ASSIS, V.M. S. 2016), (BATISTA, E. C.; MANTOVANI, L. K. S.; NASCIMENTO, A. B. 2015), (FREIRE, P, 2005), (CASTRO, A. 2013), (CHRISPINO, A. 2007), (OLIVEIRA, L. C. F., 2002), (OLIVEIRA, C. B. E.; MARINHO-ARAÚJO, C. M. A, 2010), (POLONIA, A. C.; DESSEN, M. A., 2005), (SÃO PAULO (Estado). Resolução SE nº 19, de 12 de fevereiro de 2010), (SCHULER, B. V., 2009), (SPOSITO, M. P. A, 2002), (TIBA, I., 2006), e (VYGOTSKY, L. S. A, 1998).

Essa revisão da literatura visou a busca, análise e descrição de um corpo do conhecimento, afim de elucidar se os Professores mediadores de conflitos tem conseguido realizar um trabalho eficiente, e constatar através de relatos contidos no material estudado se realmente tem ocorrido a diminuição dos conflitos dentro do ambiente escola e com proporcionando um ambiente favorável ao desenvolvimento do aluno.

O PROFESSOR MEDIADOR E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

A família e escola, possuem papéis importantes na formação do aluno; é notório que nos dias atuais os papéis desenvolvidos por cada instituição tem sido invertidos. A Constituição Federal nos traz o que compete a cada uma dessas instituições, em seu art. 205 nos revela o que compete a instituição de ensino “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, Já no art. 227. É revelado o que compete a família; “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

A Constituição Federal especifica também o dever do Estado perante o processo educativo, mas esse processo educativo somente será eficaz se a família exercer o seu papel. Cabe ao Estado desempenhar o papel de estabelecer condutas e valores culturais, influenciando o convívio social dos alunos. Por outro lado, a família deve acompanhar a participação escolar do aluno, essa família que exerce efetivamente esse acompanhamento verá que o aluno terá maior sucesso acadêmico, portanto a escola e a família possuem parcelas iguais no desenvolvimento do indivíduo como um todo, é nessas instituições que a criança vai adquirir saberes sistematicamente organizado em diferentes áreas.

Segundo Vygotsky (1998), a preocupação em entender os fatores sociais

e culturais que influenciam o desenvolvimento intelectual, dentre os termos e conceitos destaca a mediação conduzida por um adulto no processo de aquisição da aprendizagem, portanto, a criança precisa ser mediada por um adulto para desenvolver a sua autonomia, o ambiente familiar e escolar são influenciadores no desenvolvimento intelectual da criança.

A função de professor mediador escolar foi instituída no Estado de São Paulo em 2010, pela Resolução SE nº 19, que possui o propósito de coordenar o planejamento de execução de medidas de prevenção a violência, mediação e resolução de conflitos no ambiente escolar.

O professor mediador na prática de mediação, lidando com o conflito, devem ser imparciais, pois os conflitantes precisam contar com essa imparcialidade, para a resolução do problema, sendo que essa mediação não deve estar pautada em encontrar o certo ou o errado, mas sim no sentido das partes chegarem a um acordo mutuamente aceitável, contribuindo, assim, para novas formas de cooperação, solidariedade, confiança e reorientação das relações interpessoais.

Tendo em vista que a mediação é algo novo a ser desempenhado pelo professor, apesar de muitos se sentirem preparados para atuarem como mediadores, essa mediação não foi trabalhada no momento de sua graduação, diante disso os docentes têm enfrentado dificuldades em exercer seu papel, pois acabam esbarrando na falta de capacitação continuada para lidar com os conflitos que surgem no ambiente escolar, essa cultura de mediação ainda se encontra em construção, o professor mediador deve exercer uma função organizativa no sentido das partes chegarem a um acordo mútuo.

Neste sentido Ortega, (2002) traz as seguintes definições dessas regras: Confidencialidade: o mediador deve se comprometer, diante das pessoas às quais presta ajuda, a guardar sigilo sobre o conteúdo das conversações. Intimidade: os protagonistas do conflito não serão forçados a falar mais do que considerem parte de sua intimidade. Liberdade de expressão: os protagonistas se comprometem a expressar-se com liberdade, mas assumindo que, nos diálogos, estão proibidos os insultos e ataques verbais, físicos ou psicológicos. Imparcialidade: o mediador se compromete a não tomar partido em nenhuma das partes em conflito, devendo ter a liberdade de levar ao conhecimento dos responsáveis pelo programa a natureza do suposto conflito e, caso necessário, mudar ou abandonar a mediação e propor outra estratégia de intervenção ou outro mediador. Compromisso de diálogo: os protagonistas se comprometem a falar de suas dificuldades e conflitos nas sessões de trabalho.

Segundo Freire (2005), o diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu - tu. Esta é a razão por que não é possível diálogo entre os que querem a pronúncia do mundo e os que não querem; entre os que negam aos demais o direito de dizer a palavra e os que se acham negados deste direito.

RESULTADOS

A cultura de paz no ambiente escolar, quando realizada de forma correta, tem se mostrado eficaz, pois ocorre a melhoria das relações interpessoais, sendo possível se constatar experiências exitosas descritas na literatura disponível onde grande parte dos mediadores relatam os aspectos positivos alcançados em suas mediações, esses aspectos são: a diminuição das brigas e das pessoas que não se falam e a melhoria do relacionamento entre as pessoas. Além disso, indica também a ampliação do diálogo entre as pessoas, do respeito, da reflexão sobre suas atitudes, ainda que informante tenha dito que alguns membros da comunidade não levavam a sério a experiência da mediação.

DISCUSSÃO

Com este trabalho foi possível conhecer um pouco da literatura disponível que versa sobre a mediação no ambiente escolar, sendo possível se constatar que quando a mediação ocorre de maneira pontual e no momento correto, essa mediação produz resultados visíveis.

A família e escola são instituições distintas, entretanto é fundamental que ocorram o diálogo entre as partes para promover a melhoria do ensino/aprendizagem do aluno.

Para que o aluno tenha um bom desempenho a escola e família precisam se interagir, com essa interação a escola perceberá as mudanças comportamentais e na aprendizagem do aluno, caso esteja passando por um momento de turbulência no seio de seu lar, esse momento difícil refletirá dentro da escola, neste momento a escola deve agir, através da mediação, para promover um ambiente que favoreça o seu pleno desenvolvimento.

CONCLUSÃO

A mediação é um processo de ajuda em situação de conflitos, porém a efetivação, da mediação na cultura escolar, ainda está muito aquém do ideal, estando apenas intervindo em situações pontuais, o papel do serviço de mediação de conflitos é o de prevenir que essas desavenças cresçam e se tornem atos de violência, seja ela verbal, escrita ou física.

Essa mediação é efetiva quando são disponibilizados aos conflitantes do conflito nos momentos e locais adequados para, com auxílio do mediador, buscarem por meio do diálogo e do respeito uma solução plausível, quando essa mediação não ocorre adequadamente os sujeitos do conflito, que geralmente estão em momento de elevada afetação emocional, buscarem sozinhos o que cada um acredita ser o certo, fato que desencadeia uma série de fatores que podem dificultar ainda mais a negociação e

gerar agressões verbais, psicológicas e físicas, caracterizando um quadro de violência assumida.

A mediação deve ser realizada, o mais breve possível, pois quando já ocorreu um ato violento, os envolvidos não estão em situação de igualdade, estando caracterizados de vítima e agressor, quando essa situação já está instaurada é muito difícil ambos manterem uma relação respeitosa, a mediação terá mais efetividade quando ainda há o medo, angústia e ameaças.

Quando ocorre qualquer tipo de agressão a situação é agravada, criando sentimentos de inferioridade e até transtornos emocionais por parte da vítima, ao mesmo tempo em que pode legitimar o status de poder do agressor. Por isso é imprescindível que a mediação ocorra o mais breve possível, porém, mesmo com os ânimos alterados, nada impede que a mediação ocorra, cabendo ao mediador perceber se é possível chegar a uma solução para aquele conflito naquele momento ou se deve aguardar até quando esse quadro já estiver tranquilo, não havendo mais ameaças e nem medo, devendo neste momento buscar alternativas para solucionar esse conflito e meios de conviver pacificamente.

Desse modo, a mediação de conflitos é fundamental para o desenvolvimento social e emocional na escola, melhorando a qualidade da convivência escolar, na compreensão de que o conflito é algo positivo quando permite uma ruptura na postura dos envolvidos e abertura para o diálogo.

A escola por sua vez deve preparar os indivíduos para a vida social através do desenvolvimento de competências exigidas pela sociedade, que é a busca de igualdade dentro da diversidade existente, isso requer uma prática pedagógica globalmente compreensiva do ser humano em sua integralidade, em suas múltiplas relações, dimensões e saberes.

Numa época em que uma série de problemas sociais interfere no desempenho pedagógico da escola, precisamos que os professores, funcionários e alunos, se unam, somando esforços, para que seja efetivada a democracia, proporcionando bases solidificadas, estimulando a interação, a cooperação entre todos empenhados em reconstruir e restaurar as condições de base de uma relação pedagógica e educativa.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.. Drogas nas escolas. Brasília: UNESCO, 2005.

ASSIS, V.M. S. Formação de Professores: Construindo Práticas por uma cultura de Paz. Universidade de Taubaté, Taubaté, 2016.

BATISTA, E. C.; MANTOVANI, L. K. S.; NASCIMENTO, A. B. Percepção de suporte familiar de alunos com histórico de reprovação escolar. Debates em Educação, v. 7, n. 13, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 1/92 a 87/2015 e pelo Decreto Federativo 186/2008. In: Constituição da República Federativa do BRASIL. Brasília: Senado Federal, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Presidência da República. Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido, São Paulo, Paz e Terra, 2005.

CASTRO, A. O programa de qualidade da escola da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo: o texto e o contexto em três escolas da Diretoria de Ensino – Região de Pirassununga, 2013. 217 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

CHRISPINO, A. Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação. Ensaio: avaliação de políticas públicas e educação, Rio de Janeiro, v. 15, n. 54, p. 11-28, 2007.

OLIVEIRA, L. C. F. Escola e família numa rede de (des) encontros: um estudo das representações de pais e professores. São Paulo: Cabral Editora, 2002.

OLIVEIRA, C. B. E.; MARINHO-ARAÚJO, C. M. A relação família-escola: intersecções e desafios. Estudos de Psicologia, Campinas v. 27, n.1, p. 99-108, janeiro - março 2010.

POLONIA, A. C.; DESSEN, M. A. Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola: relações família-escola. Psicologia Escolar e Educacional, v. 9, n. 2, p. 303-312, 2005.

SÃO PAULO (Estado). Resolução SE nº 19, de 12 de fevereiro de 2010. Institui o Sistema de Proteção Escolar na rede estadual de ensino de São Paulo e dá providências correlatas. São Paulo, 2010.

SCHULER, B. V.: Escola, inclusão, justiça restaurativa e a experiência de si. 2009. 232 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SPOSITO, M. P.. A redução da violência escolar como desafio democrático. Revista do ILANUD, São Paulo, n. 23, p. 107-117, 2002.

TIBA, I. Ensinar aprendendo: novos paradigmas da educação. 18 ed. São Paulo: Integrare Editora, 2006.

VYGOTSKY, L. S. A Formação social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-165-7

